


**CADERNO DE ENCARGOS**
**Procedimento de consulta Prévia**

**Serviço para o controlo da qualidade da água de consumo humano, águas balneares (piscinas descobertas da ARA e Barragem do Sabor) e águas residuais (ETAR'S compactas)**

**Cláusula 1.ª**
**Objeto e características do serviço**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar no âmbito de consulta prévia que consiste na aquisição de serviços para o controlo da qualidade da água de consumo humano, águas balneares (piscinas descobertas da ARA e Barragem do Sabor) e águas residuais (ETAR'S compactas); de acordo com os requisitos que se identificam na presente Cláusula e os Anexos ao presente Caderno de Encargos.

2. Requisitos a cumprir pelo laboratório responsável pela realização dos ensaios dos parâmetros conducentes ao cumprimento legal:

- a) Os serviços devem ser prestados nas datas e locais conforme posteriormente definido, em que a colheita e transporte das amostras para o laboratório será efectuada segundo os planos de amostragem.
- b) Garantir as condições adequadas de transporte e conservação das amostras, mesmo quando haja necessidade decorrer à subcontratação de ensaios, devendo estas ser transportadas num sistema de refrigeração para não haver a proliferação e alteração das bactérias iniciais.
- c) Arquivamento das amostras até ao limite do prazo nas condições de conservação indicadas pelas normas de ensaio.
- d) Apresentação de resultados das análises efetuadas em boletins adequados e em suporte informático.
- e) Os resultados dos ensaios devem ser apresentados de acordo com a legislação em vigor, no que diz respeito à identificação do parâmetro, ao número mínimo de casas decimais indicadas no valor paramétrico e à unidade de expressão do resultado.
- f) A emissão e o envio de boletins deve cumprir o prazo definido.
- g) Cumprir as datas estabelecidas e mencionadas no Anexo VII -CRONOGRAMA DE AMOSTRAGEM.
- h) Envio de todas as certidões, certificados e fichas técnicas com indicação de parâmetros, método analítico e norma.

3. Requisitos a cumprir pelo laboratório responsável pela realização dos ensaios e respectivos métodos analíticos:

- a) Métodos de análise especificados nos pontos do Anexo IV do Decreto-Lei nº 306/2007, de 27 de Agosto, alterado pelo Decreto-lei nº 152/2017 de 7 de dezembro para os parâmetros microbiológicos, podendo ser utilizados outros métodos alternativos analíticos desde que reconhecidos pela ERSAR.
- b) Limites de quantificação dos métodos analíticos fixados no Anexo XXII do Decreto-Lei nº 236/98, de 01 de Agosto.
- c) Determinação da concentração total relativa a cada parâmetro em análise.

4. O laboratório terá que ser acreditado pelo IPAC para a realização de colheitas e respetivos parâmetros, caso este necessite de sub-contratar terá o mesmo que ser devidamente acreditado para o efeito

**Clausula 2ª**
**Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

### **Clausula 3**

#### **Gestor do contrato**

1. A entidade adjudicante designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, podendo ser-lhe delegados poderes para a adoção das medidas corretivas que se revelem adequadas, no caso de detetar desvios, defeitos, ou outras anomalias na execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato.

2. A indicação do gestor do contrato, em nome da entidade adjudicante deve constar do clausulado do contrato, nos termos do disposto na alínea i), do n.º 1, do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos

### **Cláusula 4.ª**

#### **Prazo de execução do contrato**

A aquisição de serviços inicia-se a contar da data da celebração do contrato, mantendo-se em vigor por um período de 12 (doze) meses, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

### **Cláusula 5.ª**

#### **Condições de adjudicação**

A decisão de adjudicação está condicionada à possibilidade de assunção do respectivo compromisso conforme a Lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação.

### **Cláusula 6.ª**

#### **Obrigações principais do adjudicatário**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, o adjudicatário fica obrigado a prestar o serviço, objeto do presente contrato, tendo em conta as seguintes disposições:

- a) Executar o serviço com qualidade, em conformidade com o conteúdo do presente Caderno de Encargos, e da respetiva proposta;
- b) Executar o serviço que lhe for adjudicado, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- c) Cumprir as condições fixadas para a execução do serviço;
- d) Sujeitar-se à ação fiscalizadora e acompanhamento efetuada pelo Gestor do Contrato.
- e) Garantir que o serviço é efetuado por técnico (s) qualificado (s) com o respetivo certificado para o efeito por organismo (s) competente (s) desde que acreditado (s) ou reconhecido pelo IPAC;
- f) Informar qualquer situação anómala referente ao sistema de controlo da água à entidade adjudicante;

- g) Garantir a execução de todos os parâmetros especificados conforme os Anexos do presente Caderno de Encargos;
- h) Para cumprimento do estipulado no número anterior, deverá ser nomeado um representante para contactar como gestor do contrato e ou eventualmente outro funcionário a nomear pelo Município de Alfândega da Fé, bem como disponibilizado um endereço eletrónico para esse efeito;
- i) O adjudicatário obriga-se a garantir que a realização do serviço, no âmbito das suas obrigações contratuais, observe as normas legais e regulamentares aplicáveis;
- j) Garantir a confidencialidade assim como manter sigilo quanto a toda a informação e conhecimento disponibilizados.
- k) A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a assegurar todos os meios humanos, materiais e técnicos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Preço contratual**

1. O preço proposto pelos concorrentes terá que incluir todas as despesas inerentes às condições estabelecidas neste Caderno de Encargos, sem exceção, sendo o preço máximo a considerar de **€ 8.550,00**(oito mil quinhentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Alfândega da Fé deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada nas condições de pagamento propostas, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, bem como quaisquer encargos decorrentes do transporte, alojamento, da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, sempre que se mostrem devidas.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pelo Município de Alfândega da Fé, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas no prazo de 60 dias após a receção pelo Município de Alfândega da Fé das respetivas faturas.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação de serviços objeto do contrato.
3. Em caso de discordância por parte do Município de Alfândega da Fé, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no nº1, as faturas são pagas através de cheque/transferência bancária.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Objeto do dever de sigilo**

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Alfândega da Fé, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destino direto e exclusivo à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

**Cláusula 10.<sup>a</sup>****Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 1 (um) ano a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas

**Cláusula 11.<sup>a</sup>****Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o Município de Alfândega da Fé pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 30% do preço contratual.
4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

**Cláusula 12.<sup>a</sup>****Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como talas circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**Cláusula 13.<sup>a</sup>****Resolução por parte da Câmara Municipal de Alfândega da Fé**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o Município de Alfândega da Fé pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.
3. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba ao Município de Alfândega da Fé nos termos gerais de direito.

**Cláusula 14.<sup>a</sup>****Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 15.<sup>a</sup>****Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte

**Cláusula 16.<sup>a</sup>****Autorização de dados pessoais**

1. O concorrente deve expressar na sua proposta ou mediante uma declaração passada por si, o consentimento (uma manifestação de vontade, livre, específica, informada e explícita), pela qual o titular dos dados aceita, de forma inequívoca, que os dados pessoais que lhe dizem respeito sejam objeto de tratamento no âmbito do presente procedimento concursal, pela entidade adjudicante, por meios automatizados de dados pessoais através de ficheiros ou outros meios de disponibilização digital, de acordo com o Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e demais legislação em vigor.
2. Quando o tratamento for realizado com base no consentimento, o responsável pelo tratamento dos dados tomará as medidas necessárias e os procedimentos adequados no escrupuloso cumprimento dos princípios consagrados nomeadamente nos artigos 5.º, 6.º, 7, no n.º 1 do artigo 9.º do RGPD sem que se verifique uma das circunstâncias previstas no n.º 2 do mesmo artigo; todos do RGPD—(Regulamento Geral Sobre a Proteção de Dados), sobe pena da entidade adjudicante e o responsável pelo tratamento de dados virem a ser sancionados nos termos da lei.

**Cláusula 17.<sup>a</sup>****Patentes, licenças e marcas registadas**

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no ponto anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

**Cláusula 18.<sup>a</sup>**

**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

**Cláusula 19.<sup>a</sup>****Legislação aplicável**

O contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação actual, e pela restante legislação portuguesa.

**Cláusula 20.<sup>a</sup>****Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.

Município de Alfândega da Fé, 23 de janeiro de 2020

O Presidente da Câmara Municipal

  
(Eduardo Manuel Góbrões Tavares)



## ANEXOS

## ANEXO I -Lista de parâmetros a analisar por tipo de controle, tendo em conta a origem de águas

Água Subterrânea - Sistema de abastecimento Colmeais
<b>Parâmetros CR1</b>
E.Coli
Bactérias Coliformes
Desinfectante residual
<b>Parâmetros CR2</b>
Enterococos
Cor
Condutividade
pH
Cheiro
Sabor
Nº de Colónias a 22°C
Nº de Colónias a 37°C
Arsénio
Turvação
<b>Parâmetros CI</b>
Alumínio
Amónio
Antimónio
Benzeno
Benzo(a)pireno
Boro
Bromatos
Cádmio
Cálcio
Cianetos
Cloretos
<i>Clostridium perfringens</i>
Chumbo
Cobre
Crómio
1,2-dicloroetano

Parâmetros CI
Dureza total
Ferro
Fluoretos
Hidrocarboneto aromáticos
Magnésio
Manganês
Nitratos
Nitritos
Mercúrio
Níquel
Oxidabilidade
Selénio
Sódio
Sulfatos
Tetracloroetano e tricloroetano
Trihalometanos
Desetilterbutilazina
Dimetoato
MCPA
Terbutilazina
Ometoato
Imidaclopride
Alfa Total
Dose Indicativa
Radão
Urânio 234
Urânio 238
Rádio 226
Polónio 210

## ANEXO I -Lista de parâmetros a analisar por tipo de controle, tendo em conta a origem de águas

Água Subterrânea - Sistema de abastecimento Covelas, Vila Nova, Gebelim, Felgueiras e Soeima
<b>Parâmetros CR1</b>
E.Coli
Bactérias Coliformes
Desinfectante residual
<b>Parâmetros CR2</b>
Enterococos
Cor
Condutividade
pH
Cheiro
Sabor
Nº de Colónias a 22°C
Nº de Colónias a 37°C
Turvação
<b>Parâmetros CI</b>
Arsénio
Alumínio
Amónio
Antimónio
Benzeno
Benzo(a)pireno
Boro
Bromatos
Cádmio
Cálcio
Cianetos
Cloretos
<i>Clostridium perfringens</i>
Chumbo
Cobre
Crómio
1,2-dicloroetano

Parâmetros CI
Dureza total
Ferro
Fluoretos
Hidrocarboneto aromáticos
Magnésio
Manganês
Nitratos
Nitritos
Mercúrio
Níquel
Oxidabilidade
Selénio
Sódio
Sulfatos
Tetracloroetano e tricloroetano
Trihalometanos
Desetilterbutilazina
Dimetoato
MCPA
Terbutilazina
Ometoato
Imidaclopride
Alfa Total
Dose Indicativa
Radão
Urânio 234
Urânio 238
Rádio 226
Polónio 210

## ANEXO I -Lista de parâmetros a analisar por tipo de controlo, tendo em conta a origem de águas - Continuação

Água Superficial- Sistema de abastecimento Sambade
<b>Parâmetros CR1</b>
E.Coli
Bactérias Coliformes
Desinfectante residual
<b>Parâmetros CR2</b>
Alumínio
Cor
Condutividade
<i>Clostridium perfringens</i>
pH
Cheiro
Sabor
Nº de Colónias a 22°C
Nº de Colónias a 37°C
Turvação
Manganês
Ferro
Enterococos
<b>Parâmetros CI</b>
Amónio
Nitritos
Oxidabilidade
Cloritos
Cloratos
Benzo(a)pireno
Chumbo
Cálcio
Cobre
Crómio
Dureza Total
Níquel
Hidrocarbonetos aromáticos
Trihalometanos
Magnésio
Imidaclopride

## ANEXO II -Lista de parâmetros a analisar no controlo operacional, tendo em conta a origem de águas.

Água Subterrânea- Sistema de abastecimento <u>Colmeais</u>
Arsénio

Casa consumidor - <u>Colmeais</u> ; Casa consumidor – <u>Covelas</u>
Arsénio

Casa consumidor - <u>Ferradosa</u> ; Casa consumidor – <u>Gouveia</u> Casa consumidor – <u>Picões</u> Casa consumidor - <u>Cabreira</u>
Arsénio
Manganês
Ferro
Turvação

**ANEXO III - Parâmetros analisar na Água de Piscina Descoberta da ARA - Associação Recreativa Alfandeguense e Águas balneares**

Grupo	Parâmetros
<b>Bacteriológicos</b>	E.Coli
	Coliformes totais
	Enterococos fecais
	Nº total de Germes a 37°C
	Staphylococcus coagulase positiva
	Staphylococcus coagulase negativa
	Pseudomonas aeruginosa
	Legionella
<b>Fisico-Químicos</b>	pH
	Temperatura
	Cloro residual livre
	Cloro residual total
	Condutividade a 25°C
	Turvação
	Cloretos
	Ácido isocianúrico
	Oxibilidade

**Notas:**

- 1- A pesquisa de Legionella será comunicada, e é efectuada no mês de agosto.
- 2- A piscina descoberta contempla 3 tanques (média, pequena e grande);

<b>Água Balnear (Barragem Sabor- Praia Santo Antão; Barragem Sabor- Vilarchão; Barragem Sabor- Cerejais</b>
E.Coli – Método 9308-3
ENTEROCOCOS INTESTINAIS (ufc/100mL) Método ISO 7899-2:2000

**ANEXO IV- Listagem de ETAR's Compactas em funcionamento, parâmetros a analisar previstos no Decreto-Lei nº 236/98, de 01 de Agosto.**

Parâmetros	Total de ETAR's	Ponto de amostragem
<b>CBO5 a 25°C</b>		
<b>CQO</b>		
<b>pH</b>	384	
<b>SST</b>		
<b>P</b>	12	Efluente (saída)
<b>N</b>	12	
<b>Aluguer de amostrador para 24h</b>	384	

**ANEXO V- Quantidade e pontos de amostragem de Água de consumo Humano, Controlo Operacional, Água de Piscina Descoberta da ARA , Águas Balneares e ETAR's Compactas – Para 2020**

Zona de Abastecimento	Tipo de controlo	Quantidade	Parâmetros	Ponto de amostragem
<b>Sambade</b>	CR1	12	----	----
	CR2	10	----	----
	CI	2	----	----
<b>Colmeais, Felgueiras, Gebelim, Soeima, Vila Nova e Covelas</b>	CR1	36	----	----
	CR2	12	----	----
	CI	6	----	----
<b>Cabreira, Gouveia, Ferradosa e Picões</b>	CO	48	As, Fe, Mn e NTU	CC
<b>Colmeais</b>	CO	24	As	AB e CC
<b>Covelas</b>	CO	6	As	CC
<b>Piscinas ARA</b>	Bacteriológicas	9	----	Tanque grande, médio e pequeno
	Bacteriológicas + Físico-químicas	9	----	
	Bacteriológica s+ Pesquisa de Legionella	3	----	
<b>Barragem do Sabor - Praia Santo Antão; Barragem Sabor-Vilarchão; Barragem Sabor-Cerejais</b>	Bacteriológicas	27	E.coli e Enterococos Intestinais	Ponto 1
<b>ETAR's Compactas</b>	CBO5, CQO, SST e pH	384		Saída
	N	12	----	Saída
	P	12	----	Saída
<b>ETAR's- Aluguer de Amostradores</b>	24 h	384	----	----
<b>Deslocações</b>	----	84	----	----
<b>TOTAL</b>				<b>8.550,00€ + IVA</b>

**ANEXO VI: Prazo máximo de apresentação dos resultados das análises**

Controlos	Prazo máximo
Controlo de Rotina 1 (CR1)	3 Dias Úteis
Controlo de Rotina 2 (CR2)	6 Dias Úteis
Controlo de Inspeção (CI)	20 Dias Úteis
EXTRAS	6 Dias Úteis
Águas Residuais	7 Dias Úteis
Águas de Piscina	5 Dias Úteis
Águas de Albufeira	2 Dias Úteis

**ANEXO VII – CRONOGRAMA DE AMOSTRAGEM**

Os dias serão definidos pelo laboratório, no entanto tem que respeitar a semana inicialmente pré-indicada.

**FEVEREIRO**

Sem 10.02-14.02 – ETAR'S  
Sem 17.02-21.02– ETAR'S + Controlo Operacional  
Sem 24.02-28.02– ETAR'S  
Dia 06.02.2020 – PCQA + Controlo Operacional

**MARÇO**

Sem 09.03-13.03 – ETAR'S  
Sem 16.03-20.03 – ETAR'S + Controlo Operacional  
Sem 23.03-27.03 – ETAR'S  
Dia 05.03. 2020 – PCQA

**ABRIL**

Sem 06.04-10.04 – ETAR'S  
Sem 13.04-17.04 – ETAR'S + Controlo Operacional  
Sem 20.04-24.04 – ETAR'S  
Dia 02.04.2020 – PCQA + Controlo Operacional

**MAIO**

Sem 11.05-15.05 – ETAR'S  
Sem 18.05-22.05 – ETAR'S + Controlo Operacional  
Sem 25.05-29.05 – ETAR'S  
Dia 07.05.2020 – PCQA

**JUNHO**

Sem 08.06-12.06 – ETAR'S  
Sem 15.06-19.06 – ETAR'S + Controlo Operacional  
Sem 22.06-26.06 – ETAR'S  
Dia 04.06.2020 – PCQA + Controlo Operacional

**JULHO**

Sem 13.07-17.07 – ETAR'S  
Sem 20.07-24.07 – ETAR'S + Controlo Operacional  
Sem 27.07-31.07 – ETAR'S  
Dia 09.07.2020 – PCQA

**AGOSTO**

Sem 10.08-14.08 – ETAR'S  
Sem 17.08-21.08 – ETAR'S + Controlo Operacional  
Sem 24.08-28.08 – ETAR'S  
Dia 06.08.2020 – PCQA + Controlo Operacional

**SETEMBRO**

Sem 07.09-11.09 – ETAR'S  
Sem 14.09-18.09 – ETAR'S + Controlo Operacional  
Sem 21.09-25.09 – ETAR'S  
Dia 03.09.2020 – PCQA

**OUTUBRO**

Sem 05.10-09.10 – ETAR'S  
Sem 12.10-16.10 – ETAR'S + Controlo Operacional  
Sem 19.10-23.10 – ETAR'S  
Dia 01.10.2020 – PCQA + Controlo Operacional

**NOVEMBRO**

Sem 09.11-13.11 – ETAR'S  
Sem 16.11-20.11 – ETAR'S + Controlo Operacional  
Sem 23.11-27.11 – ETAR'S  
Dia 05.11.2020 – PCQA

**DEZEMBRO**

Sem 07.12-11.12 – ETAR'S  
Sem 14.12-18.12 – ETAR'S + Controlo Operacional  
Sem 21.12-25.12 – ETAR'S  
Dia 03.12.2020 – PCQA + Controlo Operacional

**JANEIRO 2021**

Sem 11.01-15.01 – ETAR'S  
Sem 18.01-22.01– ETAR'S + Controlo Operacional  
Sem 25.01-29.01– ETAR'S  
Dia 07.01.2021 – PCQA + Controlo Operacional